



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da

Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela

Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 4, abril 2009. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em abril de 2009 foi superavitário em R\$ 10,1 bilhões, contra superávit de R\$ 6,5 bilhões em março. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 13,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões. O Banco Central, por sua vez, registrou déficit de R\$ 63,2 milhões.

O resultado primário do Governo Central em abril de 2009 foi superavitário em R\$ 10,1 bilhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAR 2009	ABR 2009	JAN-ABR 2008	ABR 2009
I. RECEITA TOTAL	55.907,0	62.883,5	233.908,1	229.978,7
I.1. Receitas do Tesouro	41.539,8	48.618,1	185.466,9	175.851,8
I.1.1. Receita Bruta (1)	41.930,8	48.833,3	186.605,9	176.994,6
I.1.2. (-) Restituições	-391,0	-187,9	-1.139,0	-1.115,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-27,3	0,0	-27,3
I.2. Receitas da Previdência Social	14.209,6	14.089,7	47.910,0	53.500,4
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.868,7	13.665,1	46.466,2	52.134,6
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	340,9	424,6	1.443,7	1.365,7
I.3. Receitas do Banco Central	157,6	175,6	531,3	626,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.174,7	9.347,8	41.901,6	38.914,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	47.732,3	53.535,6	192.006,4	191.064,6
IV. DESPESA TOTAL	41.218,5	43.414,4	144.099,2	171.569,8
IV.1. Despesas do Tesouro	23.606,8	25.986,6	82.990,4	102.115,0
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.145,3	11.099,4	40.184,0	49.921,2
IV.1.2. Custeio e Capital	12.369,5	14.787,1	42.558,8	51.839,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.065,6	1.705,4	4.852,4	6.790,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	-1.489,9	623,8	1.648,1	587,2
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.615,5	1.581,2	4.994,1	6.051,1
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.178,3	10.876,7	31.064,2	38.411,2
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.482,9	8.515,0	25.690,1	31.650,0
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	1.695,4	2.361,7	5.374,1	6.761,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	92,0	100,1	247,6	354,0
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	17.340,3	17.189,1	60.449,3	68.655,3
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	13.872,2	13.751,3	48.453,7	54.912,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.468,1	3.437,8	11.995,6	13.743,3
IV.3. Despesas do Banco Central	271,4	238,8	659,5	799,5
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	6.513,8	10.121,2	47.907,2	19.494,8
VI.1. Tesouro Nacional	9.758,3	13.283,7	60.574,8	34.822,7
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.130,6	-3.099,4	-12.539,4	-15.154,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-3,5	-86,2	-1.987,5	-2.777,4
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.127,2	-3.013,2	-10.551,9	-12.377,6
VI.3. Banco Central (6)	-113,8	-63,2	-128,2	-172,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			5,35%	2,08%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2009/2008	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	-1,68%
Tesouro	-5,18%
Previdência	11,67%
Transferências	-7,13%
Receita Líquida	-0,49%
Despesas	19,06%
Benefícios	13,57%
Pessoal	24,23%
Custeio e Capital	21,81%
FAT	39,94%
Subsídios	-64,37%
LOAS/RMV	21,16%
Outras	23,65%
Custeio	23,20%
Capital	25,81%
PIB estimado	4,49%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve incremento de R\$ 6,9 bilhões (16,5%), passando de R\$ 41,9 bilhões em março para R\$ 48,8 bilhões em abril. Esta evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) o

A evolução das receitas do Governo Central no mês decorreu, em grande medida, do encerramento do prazo legal para pagamento do IRPF referente à Declaração de Ajuste de 2008 e de fatores sazonais.

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN-ABR: %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
Receitas	18,1%	-1,7%
Tesouro	18,5%	-5,2%
Previdência	16,7%	11,7%
Transferências	26,0%	-7,1%
Receita Líquida	16,5%	-0,5%
Despesas	9,4%	19,1%
Benefícios	9,7%	13,6%
Pessoal	6,7%	24,2%
Custeio e Capital	11,5%	21,8%
FAT	18,2%	39,9%
Subsídios	2,6%	-64,4%
LOAS/RMV	18,7%	21,2%
Outras	9,9%	23,7%
Custeio	9,0%	23,2%
Capital	14,5%	25,8%
PIB estimado	10,0%	4,5%

No quadrimestre, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 19,5 bilhões, equivalente a 2,08% do PIB.

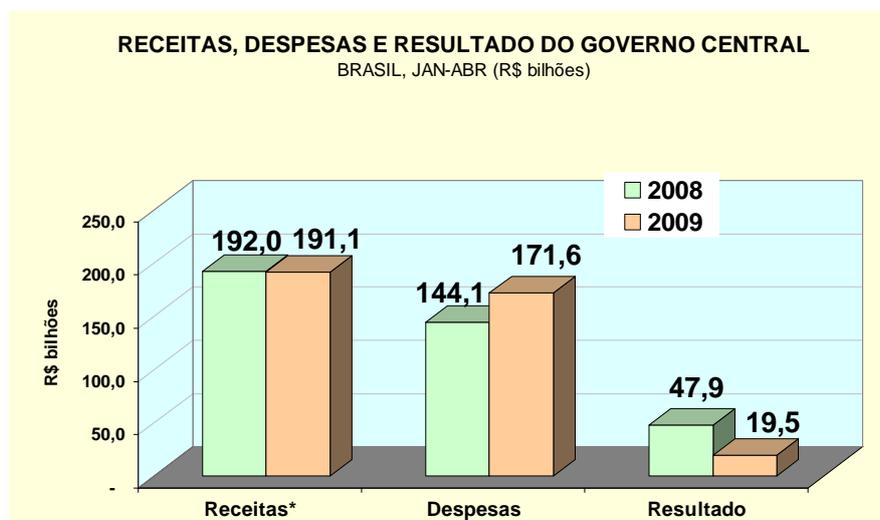
crescimento de R\$ 2,8 bilhões no IRPF decorrente do pagamento da cota única ou 1ª cota do saldo a pagar do IRPF referente à Declaração de Ajuste/2009, referente ao ano base 2008; ii) o crescimento de R\$ 1,6 bilhão das receitas diretamente arrecadadas pela União, em função do recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); iii) o incremento de R\$ 1,5 bilhão da cota parte de compensações, devido ao recolhimento sazonal em abril da participação especial, apurada trimestralmente; e iv) o incremento de R\$ 993,1 milhões na arrecadação da Cofins.

As transferências a estados e municípios apresentaram incremento de 14,4% (R\$ 1,2 bilhão) em termos nominais. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,8 bilhões, com acréscimo de 18,4% frente a março de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de março, com impacto nas transferências do mês de abril.

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 2,4 bilhões nas despesas do Tesouro Nacional em relação a março, explicado pelo aumento em igual montante nas despesas de custeio e capital. Destas, destaca-se o incremento de R\$ 2,1 bilhões na despesa de subsídios e o aumento de R\$ R\$ 666,3 milhões (desvio de 39,3%) nas outras despesas de capital. No que se refere a subsídios, cumpre salientar o retorno líquido de R\$ 2,0 bilhões no âmbito do FND ocorrido em março.

O déficit da Previdência Social reduziu 1,0% (R\$ 31,3 milhões) relativamente a março, passando de R\$ 3.130,6 milhões para R\$ 3.099,4 milhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 86,2 milhões no mês, contra déficit de R\$ 3,5 bilhões em março, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,0 bilhões, perante déficit de R\$ 3,1 bilhões no mês anterior.

No quadrimestre, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 19,5 bilhões, contra R\$ 47,9 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 0,5% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 19,1%.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 5,2% (R\$ 9,6 bilhões) relativamente ao primeiro quadrimestre de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas; ii) redução de 10,0% no acumulado de março de 2009 comparativamente a março de 2008 na produção industrial, o que impacta a arrecadação do IPI; iii) compensação este ano de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE – Combustíveis no valor de R\$ 3,9 bilhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; iv) alteração da tabela de incidência do IPI – Automóveis para os fatos geradores de janeiro a março de 2009, e criação de mecanismo que permitiu que a nova tabela fosse aplicada também ao estoque de veículos ainda não negociados até 12 de dezembro de 2008 (Decreto nº 6.687/2008).

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 23,0% em termos nominais relativamente às verificadas no mesmo período de 2008, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,5 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) maior dinâmica das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 8,0 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde superior em R\$ 4,2 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 1,2 bilhão (62,1%). Cumpre salientar o incremento de R\$ 1,4 bilhão (25,8%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 20,9% (R\$ 2,6 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 12,5 bilhões para R\$ 15,2 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,6

A evolução das receitas do Tesouro Nacional no quadrimestre decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE – Combustíveis no valor de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões.

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento de 25,8% dos gastos com investimentos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-ABR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	47.910,0	53.500,4	11,7%
Urbano	46.466,2	52.134,6	12,2%
Rural	1.443,7	1.365,7	-5,4%
Benefícios	60.449,3	68.655,3	13,6%
Urbano	48.453,7	54.912,0	13,3%
Rural	11.995,6	13.743,3	14,6%
Res. Primário	-12.539,4	-15.154,9	20,9%
Urbano	-1.987,5	-2.777,4	39,7%
Rural	-10.551,9	-12.377,6	17,3%

bilhões (11,7%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 8,2 bilhões (13,6%) em decorrência do aumento de 12,0% no valor médio benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,4% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 723,1 milhões no pagamento com precatórios judiciais de benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,8 bilhões, que corresponde a 18,3% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 12,4 bilhões (81,7% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional elevou-se 16,5% relativamente ao mês anterior, com destaque para as demais receitas do tesouro, o IRPF e a Cofins.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 48,8 bilhões em abril contra R\$ 41,9 bilhões verificados em março de 2009 (acréscimo de 16,5%). Este comportamento é explicado pelo incremento de R\$ 3,9 bilhões nas demais receitas, R\$ 1,8 bilhão nas receitas de impostos e R\$ 1,3 bilhão nas receitas de contribuições.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 8,5 bilhões em abril contra R\$ 4,7 bilhões registrados em março de 2009, apresentando aumento de R\$ 3,9 bilhões (83,0%). Contribuíram para esse desempenho: i) o crescimento das receitas diretamente arrecadadas pela União, que ficaram R\$ 1,6 bilhão (84,2%) acima do valor verificado no mês anterior, em função do recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e ii) o incremento da cota parte de compensações que, por sua vez, cresceu R\$ 1,5 bilhão, ou 207,4%, em relação a março deste ano, devido à arrecadação sazonal em abril da participação especial, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao fato gerador.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 40,3 bilhões este mês, apresentando incremento de 8,2% em relação ao valor apurado em março (R\$ 37,3 bilhões). Esta evolução reflete: i) o crescimento de R\$ 2,8 bilhões no IRPF decorrente do pagamento da cota única ou 1ª cota do saldo a pagar do IRPF referente à Declaração de Ajuste/2009, ano base 2008; e ii) o incremento de R\$ 993,1 milhões (12,0%) na arrecadação da Cofins.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/09	ABR/09
Impostos	21.071,7	22.855,0
Imposto de Renda	15.916,0	17.782,2
IPI	2.232,3	2.452,8
Outros	2.923,3	2.619,9
Contribuições	16.204,3	17.460,4
Cofins	8.302,2	9.295,3
CPMF	40,3	9,5
CSLL	4.527,4	4.239,7
Cide - Combustíveis	53,3	340,4
Outras	3.281,1	3.575,6
Demais	4.654,9	8.517,9
Cota parte	721,8	2.218,9
Diretamente Arrecadada	1.925,8	3.547,6
Dividendos da União	785,4	1.618,4
Concessões	12,7	73,1
Outras	1.209,3	1.060,0
Total Bruto	41.930,8	48.833,3

No primeiro quadrimestre de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 177,0 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 9,6 bilhões (5,2%) quando comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,9% nesse período.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) decréscimo de R\$ 3,7 bilhões (9,9%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 526,7 milhões (5,3%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 2,9 bilhões, no primeiro quadrimestre de 2009; ii) a desaceleração no volume geral de vendas; e iii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787 e pela Medida Provisória nº 451, todas de 2008;
- b) decréscimo de R\$ 2,9 bilhões (23,5%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, com alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nºs 11.727/2008 e 11.827/2008, e mudança do período de apuração, de decendial para mensal, em conformidade com a Lei nº 11.774/2008; ii) IPI – Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a junho de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12/12/2008, conforme Decreto nº 6.687/2008; e iii) IPI – Outros, decorrente da queda de 14,7% na produção industrial no acumulado do 1º trimestre de 2009 relativamente ao 1º trimestre de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes na Lei nº 11.774, na Medida Provisória nº 451 e no Decreto nº 6.696, todos de 2008;
- c) redução de R\$ 2,2 bilhões na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;
- d) queda de R\$ 1,8 bilhão (5,6%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas;
- e) redução de R\$ 917,1 milhões na arrecadação referente à CPMF, decorrente da extinção desse tributo para fatos geradores a partir de janeiro de 2008. A arrecadação do 1º quadrimestre de 2009 decorre principalmente de lançamentos de ofício e respectivos acréscimos legais, enquanto que a do 1º quadrimestre de 2008 contempla ainda a arrecadação relativa a fatos geradores

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na arrecadação tributos e contribuições.

do último decêndio de dezembro/2007. Cabe destacar a arrecadação atípica, no mês de março/2009, no valor de R\$ 26,9 milhões, decorrente de ação judicial e respectivos acréscimos legais;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	89.342,9	86.823,8
Imposto de Renda	66.166,4	66.373,1
IPI	12.112,5	9.260,5
Outros	11.064,0	11.190,3
Contribuições	71.195,7	65.973,6
Cofins	37.992,8	34.219,8
CPMF	988,4	71,3
CSLL	15.578,4	17.082,7
Cide - Combustíveis	2.615,8	456,7
Outras	14.020,3	14.143,2
Demais	26.067,3	24.197,2
Cota parte	8.727,2	6.278,9
Diretamente Arrecadada	8.403,1	9.552,5
Dividendos da União	2.889,0	3.810,4
Concessões	2.458,9	316,5
Outras	3.589,1	4.238,8
Total Bruto	186.605,9	176.994,6

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

- f) queda de R\$ 510,2 milhões (8,2%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com as desonerações constantes dos Decretos nº 6.391, nº 6.453, nº 6.566, nº 6.613, nº 6.655 e nº 6.691, todos de 2008. Cumpre salientar que contribuiu significativamente para esse resultado a arrecadação atípica de R\$ 167,0 milhões, em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores;
- g) elevação de R\$ 2,4 bilhões (8,6%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de R\$ 1,0 bilhão (6,0%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial observada entre dezembro de 2008 e março de 2009, que foi 16,6% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008; ii) ao incremento de R\$ 750,9 milhões (13,0%) no IRRF – Rendimentos do Capital, com destaque para os itens juros de capital próprio e operações de *swap*; e iii) ao aumento de R\$ 571,5 milhões (18,8%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior;
- h) incremento de R\$ 1,5 bilhão (9,7%) na CSLL, sobretudo devido ao aumento da alíquota de 9% para 15% das instituições financeiras a partir dos fatos geradores de maio de 2008, em conformidade com a Lei nº 11.727/08; e
- i) elevação de R\$ 644,5 milhões (13,3%) no Imposto de Importação, decorrente da redução de 25,1% no valor em dólar das importações e da elevação de 19,9% na alíquota média do imposto e de 32,5% na taxa média de câmbio.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	26.067,3	24.197,2
Cota parte	8.727,2	6.278,9
Plano do Servidor (CPSS)	2.313,4	2.752,2
Diretamente Arrecadada	8.403,1	9.552,5
Dividendos da União	2.889,0	3.810,4
Concessões	2.458,9	316,5
Outras	1.275,7	1.486,6

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou decréscimo de R\$ 1,9 bilhão (7,2%) em relação ao primeiro quadrimestre de 2008, decorrente: i) da queda de R\$ 2,1 bilhões no volume arrecadado proveniente de concessões, em decorrência da arrecadação, em março de 2008, de R\$ 1,9 bilhão relativo à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural; ii) do decréscimo de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação relativa a cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo; iii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,1 bilhão, em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; e iv) do incremento de 921,4 milhões dos dividendos das estatais.

Em abril, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,3 bilhões, contra R\$ 8,2 bilhões em março de 2009, apresentando acréscimo de 14,4%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,8 bilhões, com acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (18,4%) frente a março de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de março, com impacto nas transferências do mês de abril.

Na comparação entre os primeiros quadrimestres de 2009 e de 2008, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, decréscimo de R\$ 3,0 bilhões (7,1%), diminuindo de R\$ 41,9 bilhões em 2008 para R\$ 38,9 bilhões em 2009. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 2,1 bilhão (6,4%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008, ii) pela queda de R\$ 791,2 milhões nas transferências relativas aos *royalties* da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo, e iii) pela diminuição de R\$ 629,9 milhões nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 26,0 bilhões em abril, contra R\$ 23,6 bilhões no mês anterior. O crescimento de R\$ 2,4 bilhões (10,1%) decorreu basicamente do aumento nas despesas de custeio e capital, uma vez que as despesas de pessoal tiveram redução de 0,4% em relação ao mês de março.

Os gastos com custeio e capital totalizaram R\$ 14,8 bilhões em abril, contra R\$ 12,4 bilhões em março, aumento de R\$ 2,4 bilhões (19,5%) em relação ao mês anterior. Houve aumento nos subsídios e subvenções econômicas em R\$ 2,1 bilhões e nas outras despesas de custeio e capital de R\$ 698,4 milhões. Por outro lado, houve redução das despesas do FAT de R\$ 360,2 milhões, enquanto que as despesas de benefícios assistenciais (LOAS/RMV) permanecerem praticamente estáveis comparativamente ao mês anterior.

No caso dos gastos com subsídios, subvenções econômicas e reordenação de passivos, a principal variação ocorreu nas operações oficiais de crédito, especificamente no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). No mês anterior, o FND havia registrado retorno líquido de R\$ 2,0 bilhões, enquanto que no mês de abril o recebimento líquido foi de apenas R\$ 11,5 milhões, o que resultou em uma variação positiva de R\$ 2,0 bilhões no mês. Foi registrado também crescimento nos gastos relativos aos preços agrícolas, com aumento de R\$ 98,3 milhões, em

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/09	ABR/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.611,7	7.829,6
CIDE-Combustíveis	-	28,2
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.400,6	1.327,6
Total	8.174,7	9.347,8

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Mar	Abr
Terceiro Decêndio	7.874,2	11.051,1
Primeiro Decêndio	1.392,6	1.355,6
Segundo Decêndio	5.332,3	4.659,5
Total	14.599,1	17.066,2

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	33.757,5	31.609,3
CIDE - Combustíveis	932,0	302,1
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	666,1	650,0
Demais	6.546,0	6.352,8
Total	41.901,6	38.914,1

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAR/09	ABR/09
Agricultura	279,2	434,9
Custeio Agropecuário	2,8	2,4
Investimento Rural	-0,1	0,1
Preços Agrícolas	219,5	317,8
- EGF	0,1	0,1
- AGF	119,5	227,3
- Sustent. de preços	100,0	90,4
Pronaf	2,6	8,0
Pesa	0,0	27,5
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Inkra	50,4	75,6
FUNCAFÉ	3,9	3,3
Outros	-1.983,9	-2,1
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2.017,6	-11,5
Exportação (Proex)	33,6	9,4
Total	-1.704,7	432,8

¹ Não inclui reordenação de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

DESpesas do Tesouro Nacional BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/09	ABR/09
Pessoal e Encargos	11.145,3	11.099,4
Custeio e Capital	12.369,5	14.787,1
Despesas do FAT	2.065,6	1.705,4
Subsídios e Subvenções ¹	-1.489,9	623,8
LOAS/RMV	1.615,5	1.581,2
Outras	10.178,3	10.876,7
Transferência ao Bacen	92,0	100,1

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/09	ABR/09
Sentenças Judiciais	14,7	15,4
Legislativo/Judiciário	508,5	467,9
Crédito Extraordinário ¹	160,2	276,7
Projeto Piloto de Investimento ²	439,9	720,3
Outras ³	17,9	72,8
Discricionárias	9.037,0	9.323,5
d/q Min. da Saúde	3.959,0	4.660,7
Min. do Des. Social	1.259,9	1.138,3
Min. da Educação	957,8	931,1
Min. da Defesa	838,7	651,0
Min. da Ciência e Tec.	307,3	170,0
Min. do Des. Agrário	361,2	89,9
Min. da Justiça	149,7	206,2
Min. da Previdência	117,3	152,3
Min. das Cidades	126,3	192,4
Demais	959,9	1.131,5
Total	10.178,3	10.876,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESpesas do Tesouro Nacional BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Pessoal e Encargos	40.184,0	49.921,2
Custeio e Capital	42.558,6	51.839,8
Despesas do FAT	4.852,3	6.790,3
Subsídios e Subvenções ¹	1.648,1	587,2
LOAS/RMV	4.994,1	6.051,1
Outras	31.064,2	38.411,2
Transferência ao Bacen	247,6	354,0

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

As despesas com custeio e capital evoluíram R\$ 9,3 bilhões até abril, incremento de 21,8% em relação ao mesmo período de 2008.

decorrência, principalmente, do crescimento das Aquisições do Governo Federal – AGF (90,3% no mês).

Quanto às outras despesas de custeio e capital, o incremento de R\$ 698,4 milhões (6,9%) comparativamente ao mês de março decorreu da expansão de R\$ 280,3 milhões nos gastos do Projeto Piloto de Investimento – PPI, de R\$ 116,6 milhões nas despesas com créditos extraordinários, e de R\$ 286,5 milhões nas despesas discricionárias, sendo que neste caso, as variações mais expressivas foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 701,7 milhões, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com aumento de R\$ 271,3 milhões, e do Ministério da Defesa, com aumento de R\$ 187,6 milhões.

No que se refere às despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), houve redução de R\$ 360,2 milhões (17,4%) no mês. Por sua vez, os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) atingiram R\$ 1,6 bilhão no mês, com um comportamento estável relativamente ao mês anterior.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 102,1 bilhões, aumentando R\$ 19,1 bilhões (23,0%) em relação ao mesmo período de 2008. Houve aumento de R\$ 9,7 bilhões (24,2%) nas despesas de pessoal e encargos sociais e de R\$ 9,3 bilhões (21,8%) nos gastos com custeio e capital.

A elevação das despesas com pessoal e encargos sociais explica-se, principalmente, pelo aumento nos pagamentos de precatórios e sentenças judiciais, que atingiram R\$ 4,9 bilhões até abril, representando um incremento de R\$ 2,3 bilhões em relação ao ano de 2008. Além disso, a despesa também foi influenciada pela reestruturação de carreiras dos servidores públicos federais.

No âmbito das despesas de custeio e capital, as maiores variações foram observadas nas despesas do FAT que aumentaram R\$ 1,9 bilhão (39,9%) no período, nas outras despesas de custeio e capital, aumento de R\$ 7,3 bilhões (23,7%) e nos dispêndios com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), cujo incremento alcançou R\$ 1,1 bilhão (21,2%). Nas despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, houve um decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (64,4%).

As despesas com o FAT passaram de R\$ 4,9 bilhões no período de janeiro a abril de 2008 para R\$ 6,8 bilhões no mesmo período de 2009. Essa variação foi consequência, principalmente, do crescimento nos pagamentos do abono salarial e seguro desemprego, explicado pelo aumento do salário mínimo (12,0%) a partir de

fevereiro de 2009 e pelo crescimento do número de trabalhadores beneficiados em função do aumento da suspensão do contrato de trabalho.

No caso dos subsídios e subvenções econômicas, as maiores variações ocorreram nas operações oficiais de crédito, cuja diminuição atingiu R\$ 1,3 bilhão (141,8%), em decorrência, principalmente, do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, com retorno líquido de R\$ 2,1 bilhões no período, contra R\$ 224,9 milhões no mesmo período do na anterior, variação de R\$ 1,8 bilhão; bem como dos gastos dos preços agrícolas, cuja variação atingiu R\$ 501,5 milhões (120,6%), reflexo do incremento nos dispêndios de AGF, que aumentou em R\$ 675,1 milhões (670,7%). Quanto aos gastos com subvenções aos fundos regionais, estes atingiram R\$ 970,9 milhões neste ano, representando aumento de R\$ 240,5 milhões (32,9%) em relação a 2008.

A elevação de 21,2% nas despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), por sua vez, pode ser explicada, em grande medida, pelo aumento do salário mínimo no período e pelo aumento da média de concessão de benefícios. Até abril de 2009, o número de benefícios concedidos foi de 2.981.123, sendo que 1.447.978 relativo aos idosos e 1.533.145 aos portadores de necessidades especiais, com crescimento médio de 9% frente aos 10% dos idosos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
 BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	1.187,8	1.666,3
Custeio Agropecuário	170,0	182,5
Investimento Rural	23,5	15,8
Preços Agrícolas	415,8	917,3
- EGF	4,0	11,0
- AGF	-100,7	574,4
- Sustent. de preços	512,5	331,9
Pronaf	367,3	240,6
Pesa	88,2	27,5
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	116,4	250,3
FUNCAFÉ	6,6	32,2
Outros	-270,1	-2.050,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-224,9	-2.072,6
Exportação (Proex)	-45,2	22,6
Total	917,7	-383,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Despesas com LOAS/RMV em 2009 foram 21,2% maiores do que no mesmo período em 2008, em decorrência do aumento do salário mínimo e da média de concessão de benefícios.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
 BRASIL, 2008-2009

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-abr/01	1.237.700	-	417.719	-	819.980	-
média jan-abr/02	1.376.243	11%	491.760	18%	884.483	8%
média jan-abr/03	1.586.011	15%	600.342	22%	985.668	11%
média jan-abr/04	1.770.314	12%	724.351	21%	1.045.963	6%
média jan-abr/05	2.102.443	19%	959.340	32%	1.143.103	9%
média jan-abr/06	2.323.911	11%	1.092.004	14%	1.231.908	8%
média jan-abr/07	2.507.671	8%	1.201.527	10%	1.306.144	6%
média jan-abr/08	2.724.999	9%	1.316.853	10%	1.408.146	8%
média jan-abr/09	2.981.123	9%	1.447.978	10%	1.533.145	9%

Em relação aos demais gastos de custeio e capital, que aumentaram R\$ 7,3 bilhões (23,7%), passando de R\$ 31,1 bilhões em 2008 para R\$ 38,4 bilhões neste ano, as variações mais significativas foram observadas nas despesas discricionárias, que cresceram R\$ 8,0 bilhões (33,3%) em relação ao mesmo período.

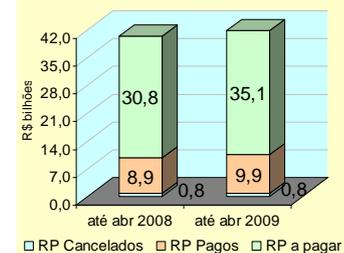
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
 BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.360,3	1.605,7
Legislativo/Judiciário	1.662,9	1.790,8
Crédito Extraordinário ¹	1.948,4	738,7
Projeto Piloto de Investimento ²	1.636,9	1.938,7
Outras ³	349,6	207,0
Discricionárias	24.106,1	32.130,3
d/q Min. da Saúde	11.190,8	15.418,6
Min. do Des. Social	3.785,2	4.474,5
Min. da Educação	2.883,0	3.125,2
Min. da Defesa	1.115,1	2.130,0
Min. da Ciência e Tec.	681,2	851,7
Min. do Des. Agrário	471,8	688,7
Min. da Previdência	285,4	448,2
Min. da Justiça	324,3	636,4
Min. dos Transportes	351,0	455,2
Demais	3.018,3	3.901,9
Total	31.064,2	38.411,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR


do do ano anterior e no crédito extraordinário, cuja redução alcançou R\$ 1,2 bilhão. No âmbito das despesas discricionárias, destacam-se as despesas do Ministério da Saúde, cujo crescimento alcançou R\$ 4,2 bilhões, do Ministério da Defesa, com incremento de R\$ 1,0 bilhão, do Ministério do Desenvolvimento Social, com R\$ 689,3 milhões e demais, com R\$ 883,6 milhões de aumento.

Os investimentos aumentaram R\$ 1,4 bilhão até abril, incremento de 25,8% em relação ao mesmo período de 2008.

Os investimentos realizados no âmbito do Governo Federal (Tabela A8) passaram de R\$ 5,4 bilhões em 2008 para R\$ 6,8 bilhões em 2009 (crescimento de 25,8%). Destacam-se os gastos dos seguintes Ministérios: i) Transportes (R\$ 1,6 bilhão); ii) Defesa (R\$ 847,5 milhões); iii) Cidades (R\$ 762,2 milhões); iv) Educação (R\$ 667,0 milhões); v) Saúde R\$ 491,7 milhões; vi) Integração Nacional, R\$ 439,3 milhões e vii) Desenvolvimento Agrário, R\$ 375,6 milhões. Os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) – parcela dedutível da meta de superávit primário – foram de R\$ 1,9 bilhão em 2009, frente a R\$ 1,6 bilhão no ano anterior, o que equivale a um crescimento de 18,4% nessa despesa.

Com relação aos restos a pagar (RP), no âmbito do Poder Executivo (Decreto de Programação Financeira), foi inscrito o montante líquido de R\$ 45,8 bilhões para 2009, dos quais R\$ 33,3 bilhões (72,7%) correspondem a investimentos (inclusive PPI) e R\$ 12,5 bilhões (27,3%) são relativos a custeio. A execução dos restos a pagar totalizou R\$ 9,9 bilhões em 2009, dos quais R\$ 4,2 bilhões referentes aos investimentos e inversões financeiras, sendo que neste caso os gastos se concentraram principalmente nos seguintes Ministérios: a) Transportes, R\$ 1,2 bilhão; b) Educação, R\$ 550,0 milhões; c) Saúde, R\$ 462,7 milhões; d) Cidades, R\$ 460,5 milhões; e) Defesa, R\$ 413,8 milhões e f) Integração Nacional, R\$ 210,4 milhões.

Previdência Social

Em abril, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, inferior em R\$ 31,3 milhões ao registrado em março (redução de 1,0%). No primeiro quadrimestre do ano, observou-se incremento do déficit no montante de R\$ 2,6 bilhões (20,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAR	ABR	JAN-ABR	
	2009	2009	2008	2009
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	14.209,6	14.089,7	47.910,0	53.500,4
Arrecadação Bruta	15.674,7	15.586,2	53.914,2	60.357,6
- Contribuição Previdenciária	13.894,2	14.094,3	49.835,7	55.515,8
- Simples	1.491,2	999,6	3.296,2	3.780,9
- CFT	109,1	58,4	246,2	215,5
- Depósitos Judiciais	156,4	409,4	438,7	750,4
- Refis	23,7	24,4	97,4	95,1
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-63,4	-40,3	-63,1	-162,4
(-) Transferências a Terceiros	-1.401,6	-1.456,2	-5.941,1	-6.694,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	17.340,3	17.189,1	60.449,3	68.655,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.130,6	-3.099,4	-12.539,4	-15.154,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,40%	-1,62%

Em março de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões. No primeiro quadrimestre do ano, o déficit atingiu R\$ 15,2 bilhões, equivalentes a 1,62% do PIB.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,1 bilhões em abril, representando diminuição de R\$ 119,9 milhões (0,8%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Essa foi a segunda melhor arrecadação mensal da série histórica iniciada em 1995, atrás apenas de março deste ano (excluindo-se as receitas de novembro e dezembro sazonalmente afetadas pela gratificação natalina). Em relação ao primeiro quadrimestre de 2008, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,6 bilhões (11,7%). Isso se explica sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e março de 2009 foi 16,6% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios em abril alcançaram o montante de R\$ 17,2 bilhões, importando decréscimo de R\$ 151,2 milhões (0,9%) com relação ao mês anterior. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2008, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 8,2 bilhões (13,6%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 69,98 (12,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 747,5 mil (3,4%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; iii) aumento de R\$ 723,1 milhões no pagamento de precatórios (24,1%).

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a abril de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,38% do PIB; em

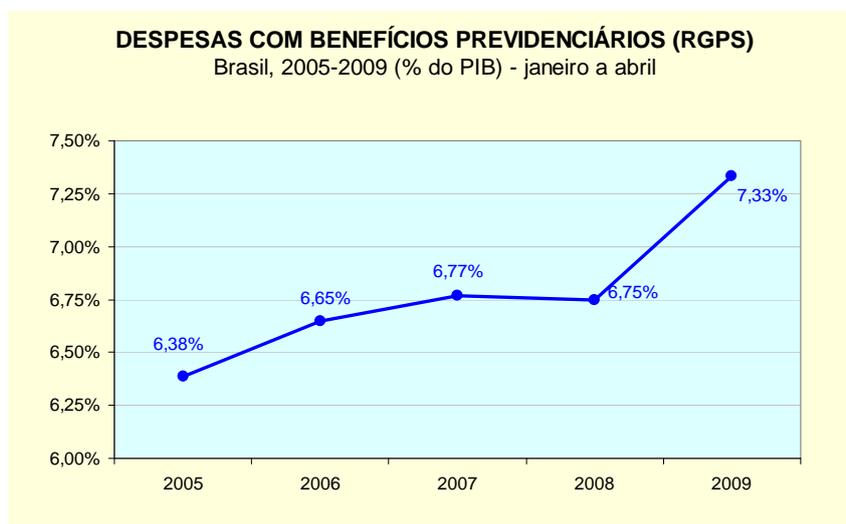
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-ABR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	47.910,0	53.500,4	11,7%
Urbano	46.466,2	52.134,6	12,2%
Rural	1.443,7	1.365,7	-5,4%
Benefícios	60.449,3	68.655,3	13,6%
Urbano	48.453,7	54.912,0	13,3%
Rural	11.995,6	13.743,3	14,6%
Res. Primário	-12.539,4	-15.154,9	20,9%
Urbano	-1.987,5	-2.777,4	39,7%
Rural	-10.551,9	-12.377,6	17,3%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-ABR			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,1	22,9	3,4%
Valor médio RGPS**	581,7	651,7	12,0%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

2009, correspondem a 7,33%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,24 ponto percentual do PIB por ano.

Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 14,9%, passando de 6,38% do PIB no acumulado de janeiro a abril de 2005 para 7,33% do PIB no mesmo período em 2009.



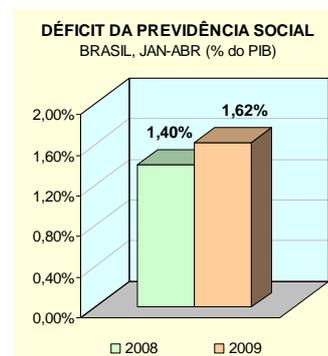
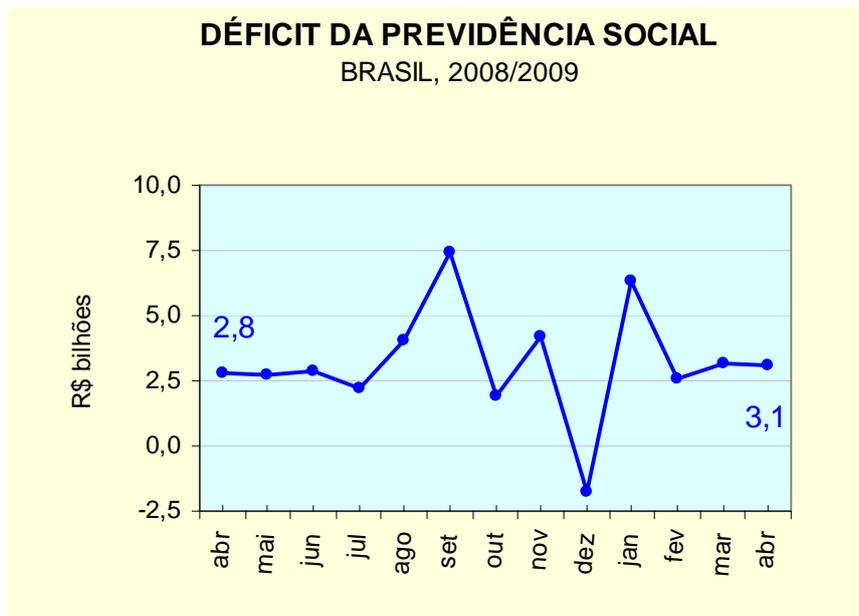
No estoque de benefícios do primeiro quadrimestre de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 605,2 mil aposentadorias (4,3%) e de 187,3 mil pensões por morte (3,0%), bem como a redução de 63,4 mil benefícios de auxílio-doença (4,8%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,35%	5,71%
Urbano	5,19%	5,57%
Rural	0,16%	0,15%
Benefícios	6,75%	7,33%
Urbano	5,41%	5,87%
Rural	1,34%	1,47%
Res. Primário	-1,40%	-1,62%
Urbano	-0,22%	-0,30%
Rural	-1,18%	-1,32%

	Em mil benefícios			
	MAR	ABR	JAN-ABR	
	2009	2009	2008	2009
Benefícios do RGPS	22.955	23.023	22.147	22.895
Previdenciários	22.151	22.218	21.378	22.094
Aposentadorias	14.610	14.660	13.981	14.581
Idade	7.588	7.614	7.233	7.571
Invalidez	2.855	2.860	2.773	2.851
Tempo de contribuição	4.167	4.187	3.975	4.159
Pensão por morte	6.322	6.331	6.123	6.312
Auxílio-Doença	1.113	1.116	1.190	1.098
Salário - maternidade	58	63	43	57
Outros	47	48	40	47
Acidentários	804	804	769	800
Aposentadorias	155	155	150	155
Pensão por morte	128	128	129	128
Auxílio - doença	170	171	138	167
Auxílio - acidente	273	274	271	273
Auxílio - suplementar	78	77	82	78

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,37 ponto percentual em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários elevaram-se de 0,59 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,62% do PIB, 0,22 ponto percentual maior que o mesmo nível registrado no primeiro quadrimestre de 2008.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 665,3 bilhões ou 22,7% do PIB.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 665,3 bilhões em abril, perfazendo o equivalente a 22,7% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, verificou-se uma redução de R\$ 5,1 bilhões em termos nominais o que corresponde a 0,2 ponto percentual do PIB. Contribuiu para esse resultado a queda de R\$ 22,8 bilhões no estoque total da dívida, interna e externa, compensada em grande parte pela redução de R\$ 17,7 bilhões dos haveres do Tesouro Nacional.



TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 ABR	2009 MAR ABR	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	592.388	540.294	543.363
I.1. Dívida Interna	1.586.688	1.751.401	1.736.813
I.2. Haveres Internos	994.299	1.211.107	1.193.451
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	99.312	130.070	121.907
II.1. Dívida Externa	99.610	130.450	122.248
II.2. Haveres Externos	297	380	341
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	691.701	670.364	665.270
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB^{\1}	24,3%	22,9%	22,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB reduziu-se em 1,6 ponto percentual, passando de 24,3% em abril de 2008 para 22,7% em abril de 2009. Em termos nominais, houve redução de R\$ 26,4 bilhões no mesmo período, consequência da expansão de R\$ 199,2 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional que mais do que compensou o aumento de R\$ 172,8 bilhões no saldo total da dívida, no mesmo período.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de abril com um saldo de R\$ 543,4 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 18,6%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 3,1 bilhões em termos nominais e 0,1 p.p. do PIB, como resultado da diminuição de R\$ 17,7 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional, não obstante a redução de R\$ 14,6 bilhões observada no estoque da dívida interna.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 2,3 p.p., passando de 20,8% em abril de 2008 para 18,6% em abril de 2009. Em termos nominais observou-se uma diminuição de R\$ 49,0 bilhões, decorrente do efeito conjugado do aumento de R\$ 199,2 bilhões nos haveres e do crescimento de R\$ 150,1 bilhões no estoque da dívida interna.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

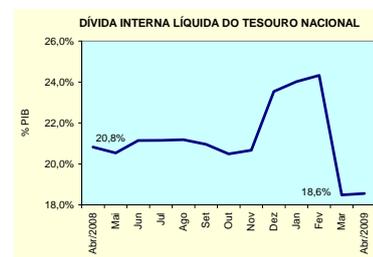
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA INTERNA	1.586.688	1.751.401	1.736.813
I.1. Dívida Mobiliária	1.564.277	1.729.299	1.714.880
DPMFi em Poder do Público ¹	1.218.714	1.267.794	1.261.787
DPMFi em Poder do Banco Central	362.253	482.112	474.243
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(16.690)	(20.607)	(21.150)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.411	22.102	21.933
II. HAVERES INTERNOS	994.299	1.211.107	1.193.451
II.1. Disponibilidades Internas	257.216	385.985	374.814
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	422.598	448.267	443.840
II.3. Haveres da Administração Indireta	196.407	207.930	208.352
II.4. Haveres Administrados pela STN	118.078	168.925	166.444
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	592.388	540.294	543.363
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	20,8%	18,5%	18,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, principal componente da dívida interna, diminuiu, comparativamente ao mês de março, R\$ 14,4 bilhões em termos nominais (0,6 p.p. em relação ao PIB). Essa variação negativa no mês foi consequência do resgate líquido, que alcançou R\$ 27,6 bilhões, parcialmente compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 13,8 bilhões. Em relação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 150,6 bilhões em termos nominais e de 3,6 p.p. em proporção do PIB, passando de 55,0% para 58,6% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve redução de R\$ 6,0 bilhões, explicado pelo resgate líquido de R\$ 15,6 bilhões de emissões mais a apropriação de juros de R\$ 9,6 bilhões. Foram R\$ 21,2 bilhões de emissões e R\$ 36,8 bilhões de resgates. Na carteira do Banco Central, a variação negativa foi de R\$ 7,9 bilhões, resultado dos resgates no montante de R\$ 12,0 bilhões e da apropriação de juros de R\$ 4,1 bilhões. Não houve emissão no mês.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008/2009

Título	R\$ bilhões		
	2008	2009	
	ABR	MAR	ABR
Em Poder do Público	1.219	1.268	1.262
LFT	431	471	484
LTN	275	212	187
NTN-B	269	311	316
NTN-C	55	58	58
NTN-F	139	169	173
Demais ¹	50	46	44
Aplic. em Tit. Púb.	-17	-21	-21
Na carteira do BCB	362	482	474
Total	1.564	1.729	1.715
% PIB	54,99%	59,15%	58,56%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em relação à dívida em poder do público, as variações mais expressivas em relação ao mês anterior ocorreram: i) nos estoques de LTN, com redução de R\$ 25,1 bilhões, por conta do resgate de R\$ 32,5 bilhões, contra emissões de R\$ 5,8 bilhões, mais a apropriação de juros de R\$ 1,6 bilhões; e ii) nos estoques de LFT, cuja emissão líquida alcançou R\$ 8,6 bilhões, mais a apropriação de juros de R\$ 3,9 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, ABR/2009

R\$ bilhões

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2008/2009				
Discriminação	R\$ bilhões			
	2008		2009	
	ABR	MAR	ABR	
Lei 9.496/97	295,9	319,0	316,5	
MP 2.185/01	46,1	50,2	49,9	
Lei 8.727/93	42,7	40,4	40,1	
Antecipação de Royalties	13,1	12,2	12,0	
Bônus Renegociados	6,9	8,9	7,9	
Lei 7.976/89	1,7	1,0	1,0	
Demais Haveres	16,3	16,5	16,4	
Total	422,6	448,3	443,8	
% PIB	14,85%	15,33%	15,16%	

Título	Saldo Mar/09	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Abr/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.267,8	21,2	-36,8	9,6	1.261,8
LFT	471,4	8,9	-0,3	3,9	483,9
LTN	212,3	5,8	-32,5	1,6	187,2
NTN-B	311,2	4,6	-2,6	2,6	315,9
NTN-C	58,0	0,0	-0,6	0,3	57,7
NTN-F	169,2	1,7	0,0	1,6	172,5
Demais ¹⁴	45,7	0,1	-0,8	-0,5	44,5
Na carteira do BCB	482,1	0,0	-12,0	4,1	474,2
Total	1.749,9	21,2	-48,8	13,8	1.736,0

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os Haveres do Tesouro Nacional diminuiram R\$ 17,7 bilhões em relação ao mês anterior, o equivalente a 0,7 p.p. do PIB. Houve redução nas disponibilidades internas em R\$ 11,2 bilhões, nos haveres junto aos governos regionais em R\$ 4,4 bilhões e nos haveres administrados pela STN, no total de R\$ 2,5 bilhões, contra o aumento de R\$ 379,7 milhões nos haveres da Administração Indireta.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA BRASIL, 2008/2009				
Entidade	R\$ bilhões			
	2008		2009	
	ABR	MAR	ABR	
FAT	129,2	136,6	136,7	
Fundos Regionais	40,7	46,3	46,9	
Demais	26,4	25,0	24,8	
Total	196,4	207,9	208,4	

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, a redução observada em relação ao mês anterior, resultou, principalmente, da diminuição dos saldos das dívidas renegociadas no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, em função do efeito negativo da atualização monetária (menos 0,84% no mês de março), além das amortizações ocorridas no período, compensadas em parte pela incidência dos juros contratuais. No caso dos Bônus Renegociados, a diminuição deve-se à variação cambial do período, além dos pagamentos semestrais ocorridos por conta do fluxo normal desses contratos.

Quanto aos haveres administrados pela STN, as variações mais significativas ocorreram nas operações estruturadas e de legislação específica,

principalmente nos contratos indexados ao dólar, reflexo da desvalorização cambial ocorrida no mês de março, além dos pagamentos regulares verificados no período.

Em abril, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 121,9 bilhões, contra R\$ 130,1 bilhões em março de 2009 (redução de R\$ 8,2 bilhões). Em proporção do PIB, passou de 4,4% no mês anterior para 4,2% em abril.

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida em abril totalizou R\$ 121,9 bilhões, equivalentes a 4,2% do PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008		2009	
	ABR	MAR	ABR	MAR
I. DÍVIDA EXTERNA	99.610	130.450	122.248	
I.1. Dívida Mobiliária	76.485	100.148	94.005	
Euro	10.579	12.358	10.808	
Global US\$	55.051	76.999	72.325	
Global BRL	10.565	10.466	10.565	
Demais	291	324	307	
I.2. Dívida Contratual	23.125	30.302	28.243	
Organismos Internacionais	19.419	25.463	23.898	
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.705	4.839	4.345	
II. HAVERES EXTERNOS	297	380	341	
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	297	380	341	
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	99.312	130.070	121.907	
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,5%	4,4%	4,2%	

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Esse comportamento decorreu basicamente da desvalorização da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a Dívida Pública Federal Externa. O impacto dessa variação cambial no mês foi de R\$ 7,2 bilhões. Houve ainda resgate líquido de R\$ 2,0 bilhões no período, além de apropriação de juros no valor de R\$ 1,0 bilhão. Do estoque total, a dívida mobiliária corresponde a 76,9%, registrando R\$ 94,0 bilhões; e a dívida contratual, que totaliza R\$ 28,2 bilhões, representa 23,1% do total da dívida externa.



TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, ABR/2009

R\$ milhões

Discriminação	Saldo Mar/09	Fatores de Variação ¹¹				Saldo Abr/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	100.148	-	(1.550)	741	(5.333)	94.005
Global US\$	76.999	-	(663)	542	(4.553)	72.325
Euro	12.358	-	(887)	82	(745)	10.808
Global BRL	10.466	-	-	115	(16)	10.565
Demais	324	-	-	2	(19)	307
Dívida Contratual	30.302	34	(479)	258	(1.873)	28.243
Org. Internacionais	25.463	0	(223)	232	(1.575)	23.898
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.839	34	(256)	27	(298)	4.345
Total	130.450	34	(2.030)	999	(7.206)	122.248

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 22,6 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 99,3 bilhões em abril de 2008 para R\$ 121,9 bilhões em abril de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,7 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Março 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Abr/2008	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2009
I. RECEITA TOTAL	63.541,4	54.830,1	56.207,5	62.844,4	58.451,1	60.006,9	65.795,2	55.273,6	69.330,2	62.843,4	48.344,8	55.907,0	62.885,5
I.1. Receitas do Tesouro	50.766,5	42.038,1	43.132,7	49.488,4	45.128,5	46.373,6	52.056,0	41.496,7	46.151,5	50.690,2	35.003,7	41.539,8	48.618,1
I.1.1. Receita Bruta	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,3	53.869,0	43.743,4	47.252,5	50.866,3	35.364,1	41.930,8	48.833,3
- Impostos	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6	25.660,8	21.126,9	25.110,1	26.486,0	16.411,2	21.071,7	22.855,0
- Contribuições	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2	20.324,5	17.659,0	16.588,0	18.378,6	13.930,3	16.204,3	17.460,4
- Demais ¹	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,3	8.546,9	7.890,4	7.883,7	4.957,5	5.554,3	6.001,7	5.022,6	4.654,9	8.517,9
I.1.2. (-) Restituições	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7	-1.099,9	-176,1	-360,4	-391,0	-187,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1	0,0	0,0	0,0	-27,3
I.2. Receitas da Previdência Social	12.641,6	12.650,0	12.942,8	13.230,2	13.193,2	13.430,0	13.475,7	13.559,2	22.964,2	12.031,8	13.169,2	14.209,6	14.089,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	12.190,2	12.155,2	12.491,3	12.804,6	12.753,7	13.022,0	13.070,7	13.155,3	22.463,6	11.733,2	12.867,7	13.868,7	13.665,1
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	451,3	494,8	451,4	425,6	439,5	408,0	405,0	403,9	500,6	298,6	301,5	340,9	424,6
I.3. Receitas do Banco Central	133,3	141,9	132,0	125,7	129,4	203,3	263,4	217,7	214,6	121,4	171,9	157,6	175,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.442,0	11.894,4	9.442,9	9.265,8	12.080,6	9.530,0	10.182,9	14.261,4	14.515,9	10.457,2	10.934,3	8.174,7	9.347,8
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4	7.281,2	9.120,7	11.592,0	8.888,8	8.279,2	6.611,7	7.829,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,7	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0	276,2	0,0	0,0	273,9	0,0	0,0	28,2
II.4. Demais	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0	1.813,0	3.545,4	1.594,2	1.132,0	2.492,6	1.400,6	1.327,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	53.099,4	42.935,7	46.764,6	53.578,6	46.370,5	50.477,0	55.612,3	41.012,2	54.814,3	52.386,2	37.410,5	47.732,3	53.535,6
IV. DESPESA TOTAL	36.378,7	37.385,2	38.843,9	46.376,8	40.103,1	44.343,8	40.747,3	45.434,0	60.593,3	48.410,5	38.526,5	41.218,5	43.414,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	9.074,9	9.387,7	10.029,8	13.016,3	9.524,0	9.949,1	10.422,2	12.456,1	15.859,9	16.495,0	11.181,5	11.145,3	11.099,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	15.428,8	15.403,5	15.806,1	15.407,5	17.253,5	20.846,5	15.384,9	17.783,9	21.226,7	18.369,5	15.756,4	17.340,3	17.189,1
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	12.342,2	12.329,5	12.659,3	12.343,3	13.683,5	16.708,8	12.337,8	14.131,0	17.005,2	14.689,1	12.599,5	13.872,2	13.751,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.086,6	3.074,0	3.146,8	3.064,2	3.570,1	4.137,7	3.047,1	3.652,9	4.221,5	3.680,5	3.156,9	3.468,1	3.437,8
IV.3. Custeio e Capital	11.628,6	12.369,7	12.783,3	17.706,0	13.088,6	13.130,3	14.517,4	14.819,7	23.087,8	13.346,7	11.336,5	12.369,5	14.787,1
IV.3.1. Despesa do FAT	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4	2.297,3	1.581,0	1.708,2	1.465,5	1.553,8	1.705,4	1.705,4
- Abono e Seguro Desemprego	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8	2.221,1	1.513,1	1.590,0	1.424,3	1.511,6	2.012,9	1.667,4
- Demais Despesas do FAT	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7	76,2	67,9	118,8	41,2	42,3	52,7	38,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	555,6	326,5	521,3	1.299,0	-1.304,3	410,0	1.486,5	1.064,4	1.204,3	1.077,6	375,7	-1.489,9	623,8
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	240,6	737,2	687,7	872,8	753,6	134,6	-1.704,7	432,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	239,3	212,2	263,8	173,5	343,2	169,4	99,3	376,7	331,5	324,0	241,1	214,8	191,0
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8	1.375,4	1.378,4	1.392,1	1.386,5	1.467,8	1.615,5	1.581,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0	10.008,1	10.796,0	18.782,6	9.417,2	7.939,1	10.178,3	10.876,7
- Outras Despesas de Custeio	7.084,8	7.201,8	7.091,7	8.726,1	7.355,0	7.094,9	8.223,0	7.874,7	13.467,1	7.923,4	6.728,7	8.482,9	8.515,0
- Outras Despesas de Capital ⁶	1.483,2	2.057,2	2.439,9	2.993,8	3.034,6	2.347,1	1.785,1	2.921,3	5.315,5	1.493,8	1.210,4	1.695,4	2.361,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,0	63,3	72,3	68,1	68,2	74,6	196,6	106,0	145,9	54,2	107,8	92,0	100,1
IV.5. Despesas do Banco Central	172,3	161,0	152,4	178,9	168,8	343,2	226,3	268,3	273,0	145,0	144,3	271,4	238,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	14.244,00	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	16.720,7	5.550,5	7.920,7	7.201,8	6.267,5	6.133,2	14.865,0	-4.421,8	-20.023,00	3.975,7	-1.116,0	6.513,8	10.121,2
VI.1. Tesouro Nacional	19.546,9	8.323,0	10.804,4	9.432,3	10.367,2	13.689,6	16.737,0	-146,5	-21.702,1	10.337,1	1.443,6	9.758,3	13.283,7
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7	1.737,5	-6.337,7	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-152,0	-174,3	-168,0	461,3	-929,7	-3.686,8	732,9	-975,7	5.458,4	-2.955,9	268,2	-3,5	-86,2
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-2.635,2	-2.579,2	-2.695,4	-2.638,6	-3.130,6	-3.729,7	-2.642,1	-3.249,0	-3.720,9	-3.381,8	-2.854,9	-3.127,2	-3.013,2
VI.3. Banco Central ⁹	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9	37,2	-50,6	-58,4	-23,6	27,6	-113,8	-63,2
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	141,1	138,5	134,4	131,3	70,5	100,5	74,9	0,0	0,0	194,6	173,6	215,7	214,4
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1,2	-772,6	-988,0	441,0	915,0	-1.060,2	-474,4	1.139,1	-729,4	625,6	1.845,8	-913,8	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	16.860,6	4.916,4	7.067,1	7.774,1	7.253,0	5.173,5	14.465,6	-3.282,7	-20.752,4	4.795,8	903,4	5.815,7	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-10.473,1	-10.396,8	-8.214,8	-9.882,8	-5.727,4	-4.160,2	-3.478,8	-4.884,7	-14.308,6	-14.339,7	-7.867,9	-13.197,1	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	6.387,5	-5.480,3	-1.147,7	-2.108,7	1.525,6	1.013,2	10.986,7	-8.167,5	-35.061,0	-9.543,9	-6.964,5	-7.381,4	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3	893,7	1.343,9	1.142,4	850,0	689,1	878,7	772,4
RMV ⁵	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7	152,5	151,3	271,1	149,0	156,7	168,2	162,7

¹ Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

² Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

³ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

⁴ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁵ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁶ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁸ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde

⁹ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

¹⁰ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

¹¹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹² Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹³ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Abr/2008	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	58.862,3	60.782,1	57.723,1	59.325,6	65.917,3	59.770,2	61.998,8	66.575,9	80.010,6	47.940,7	55.834,6	59.365,4	59.402,4
I.1 - Recolhimento Bruto	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	32.117,3	39.412,1	39.515,4	40.978,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-27,3
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,6	1.121,6	2.301,1	1.638,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9
I.5 - Receita do Salário Educação	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.731,0	14.336,2	16.572,8	15.727,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	53.213,8	56.291,7	60.641,5	64.255,8	49.005,2	54.756,8	48.764,0	67.037,4	61.135,6	77.973,0	55.119,1	54.636,9	54.146,7
II.1 - Liberações Vinculadas	12.436,4	13.907,4	11.332,5	11.274,5	14.217,2	11.648,5	12.292,7	16.506,4	15.469,4	12.800,4	12.949,0	9.818,6	12.225,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.209,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	780,7	1.347,9	434,5	442,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.611,5	2.172,0	3.411,4
II.2 - Liberações Ordinárias	40.777,4	42.384,2	49.309,0	52.981,3	34.788,0	43.108,3	36.471,2	50.531,0	45.666,2	65.172,6	42.170,1	44.818,3	41.921,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.097,9	10.844,5	13.571,2	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.553,0	12.168,4	12.491,6	11.815,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.565,4	810,5	559,5	1.209,3
i) Dívida Contratual Interna	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	52,0	103,2	109,7	105,8
ii) Dívida Contratual Externa	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	449,8	1.103,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.025,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.060,5	18.085,6	16.614,1	17.233,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.692,4	8.246,5	9.677,6	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	6.161,7	7.931,7	9.648,1	9.345,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	5.648,6	4.490,5	-2.918,4	-4.930,3	16.912,2	5.013,4	13.234,8	-461,5	18.875,0	-30.032,2	715,5	4.728,4	5.255,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	23.645,7	18.621,8	38.064,0	21.375,8	19.965,2	8.888,4	10.107,0	13.618,9	68.171,1	31.768,6	20.720,9	21.665,9	19.042,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4	17.964,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	864,7	1.499,9	1.230,5	1.077,6
V. DESPESAS	59.805,9	2.041,4	20.603,6	65.622,6	3.966,6	18.412,7	26.669,0	2.555,5	21.618,0	74.620,5	3.176,1	26.033,9	27.849,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.765,0	1.346,6	25.548,1	27.245,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	27.061,8
V.1.2 - Dívida Contratual	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	94,6	178,8	219,8	183,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.829,4	485,8	604,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-37.577,3	16.121,8	16.796,2	-43.751,3	16.134,2	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6	45.566,8	-41.766,5	18.053,3	-4.892,8	-9.097,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-32.491,9	24.824,2	40.786,6	-75.875,7	35.733,8	1.085,4	-2.215,0	11.084,8	97.420,6	-108.674,2	19.093,0	14.578,9	-11.944,6



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões R\$ milhões

	Abr/2008	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	14.519,7	5.753,4	26.244,5	2.301,3	4.022,9	5.596,3	17.412,2	2.682,9	31.992,5	1.709,9	1.832,7	14.218,4	3.107,1
I.1. Emissão de Títulos	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	16.500,0	2.000,0	0,0	29.000,0	1.200,0	0,0	16.300,0	2.200,0	0,0	37.500,0	1.000,0	0,0	11.500,0
II.1. Resgate de Títulos	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0
II.2. Encargos da DPMF	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0
III. RESULTADO (I - II)	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Abr/2008	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4
IV. PRONAF	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	411,8	220,5	217,5	210,8
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1
V. PROEX	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	370,1	281,2	280,3	244,4
V.2. Concessão de Financiamento ¹	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	20,0	24,8	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6
XI. FUNCAFÉ	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5
XIII. TOTAL	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	753,6	134,6	-1.704,7	432,8

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2008	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2009
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	592.388,5	594.780,9	622.143,9	625.730,9	625.853,6	624.506,8	614.743,6	618.211,8	699.243,7	711.250,2	715.153,6	540.294,0	543.362,8
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5
DPMFi em Poder do Público ¹¹	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1
DPMFi em Poder do Banco Central	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0
Demais Obrigações Internas	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1
I.2. HAVERES INTERNOS	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.852,8	973.868,4	999.198,3	1.211.107,5	1.193.450,7
Disponibilidades Internas	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.814,5
Haveres junto aos Governos Regionais	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8
Haveres da Administração Indireta	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0	205.422,4	210.080,2	207.929,7	208.352,4
Haveres Administrados pela STN	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	99.312,1	97.301,5	95.817,2	93.260,1	96.053,5	110.044,8	118.724,4	129.555,8	132.187,0	130.836,8	133.223,7	130.070,3	121.907,4
II.1. DÍVIDA EXTERNA	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9
Dívida Mobiliária	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8
Dívida Contratual	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0
II.2. HAVERES EXTERNOS	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	691.700,6	692.082,5	717.961,0	718.991,0	721.907,1	734.551,6	733.468,0	747.767,6	831.430,7	842.087,0	848.377,3	670.364,3	665.270,2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹²	24,3%	23,9%	24,4%	24,3%	24,4%	24,6%	24,4%	25,0%	28,0%	28,4%	28,9%	22,9%	22,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

¹² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2008	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2009
I. DÍVIDA INTERNA	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1
LFT	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7
LTN	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1
NTN-B	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4
NTN-C	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9
NTN-F	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6
Dívida Securitizada	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8
Demais Títulos em Poder do Público	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2
LFT	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8
LTN	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1
Demais Títulos na Carteira do BCB	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1
II. DÍVIDA EXTERNA	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8
Euro	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1
Global US\$	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0
Global BRL	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0
Demais Títulos Externos	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0
Organismos Multilaterais	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.686.297,2	1.709.917,2	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9	1.896.608,7	1.816.262,2	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	59,3%	59,0%	60,2%	57,5%	58,4%	58,6%	58,6%	59,9%	63,8%	61,3%	62,9%	64,4%	63,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2008	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2009
I. HAVERES INTERNOS	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.852,8	973.868,4	999.198,3	1.211.107,5	1.193.450,7
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.814,5
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8
Bônus Renegociados	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1
Antecipação de Royalties	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0	205.422,4	210.080,2	207.929,7	208.352,4
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7
Fundos Constitucionais Regionais	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.909,7	45.387,3	45.844,7	46.344,0	46.947,0
Fundos Diversos	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2
Haveres de Operações Estruturadas	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1
Haveres Originários de Privatizações	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5
Haveres de Legislação Específica	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6
Demais Haveres Administrados pela STN	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6
II. HAVERES EXTERNOS	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	994.596,6	1.017.834,8	1.053.630,4	981.630,5	1.004.588,1	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.490,3	1.065.178,0	974.175,2	999.574,2	1.211.487,3	1.193.791,2
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	35,0%	35,1%	35,8%	33,2%	34,0%	33,9%	34,2%	34,9%	35,9%	32,9%	34,0%	41,4%	40,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ABRIL 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano ²	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ³	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	5.312,1	148,1	124,4	3.314,2	3.438,7	279.212,6	18.169,1	502,1	500,0	9.784,2	10.284,2
Senado Federal	75.801,6	4.480,2	294,7	294,7	4.700,4	4.995,2	47.287,9	9.021,2	782,6	767,8	2.704,8	3.472,5
Tribunal de Contas da União	61.538,6	399,5	44,4	44,4	11.562,2	11.606,6	44.069,8	2.622,6	69,6	69,6	9.276,2	9.345,8
Supremo Tribunal Federal	70.468,6	860,1	40,7	40,7	32.681,8	32.722,5	69.559,6	2.513,8	529,2	529,2	8.866,3	9.395,5
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	2.297,4	2,3	1,8	5.048,5	5.050,3	14.385,0	2.662,5	2.068,3	2.061,8	7.387,7	9.449,5
Justiça Federal ⁴	258.441,5	202.341,7	175.083,7	174.959,8	58.785,3	233.745,1	284.901,7	269.653,2	235.910,6	235.843,3	58.496,8	294.340,1
Justiça Militar	7.439,7	43,2	7,2	7,2	1.040,0	1.047,2	10.665,7	459,2	78,1	72,8	724,5	797,3
Justiça Eleitoral	277.400,0	131.369,8	11.581,9	11.430,8	46.115,9	57.546,6	168.302,9	68.195,4	1.617,1	1.505,3	70.501,4	72.006,7
Justiça do Trabalho	168.033,1	11.356,2	452,6	447,8	60.913,9	61.361,7	224.273,2	35.518,4	3.092,5	3.034,5	76.528,8	79.563,3
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.596,9	8.121,5	1.277,8	1.234,2	31.484,1	32.718,3	62.496,0	4.998,4	1.635,4	1.547,0	12.043,6	13.590,5
Presidência da República ⁵	1.359.774,6	23.976,6	18,8	18,1	66.162,8	66.180,9	1.789.836,9	330.201,4	7.318,3	2.178,0	157.791,2	159.969,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	52.391,4	379,2	-	-	6.913,9	6.913,9	407.330,6	20.469,6	275,7	244,6	12.060,2	12.304,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	761.480,4	1.023,2	0,9	0,9	62.372,5	62.373,4	1.172.208,0	21.158,7	7.724,5	7.250,5	123.296,3	130.546,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.178.170,3	91.299,7	18.184,7	7.964,5	97.738,9	105.703,4	1.476.637,5	301.132,8	160.315,8	85.282,7	128.042,3	213.324,9
Ministério da Fazenda	489.769,1	8.526,5	366,3	366,3	44.241,1	44.607,5	532.204,2	31.569,4	7.490,9	7.483,0	35.350,3	42.833,3
Ministério da Educação	2.857.114,1	108.833,0	6.988,6	6.303,9	667.124,8	673.428,6	5.023.403,8	363.943,0	48.274,5	39.995,4	627.041,2	667.036,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.374,7	27,5	1,6	0,8	19.809,5	19.810,3	172.473,3	4.590,1	1.778,5	1.450,3	6.974,8	8.425,1
Ministério da Justiça	1.328.650,0	1.228,9	44,1	44,1	105.372,0	105.416,1	913.695,7	73.247,4	3.477,5	3.439,2	123.760,7	127.199,9
Ministério de Minas e Energia	64.891,2	6.615,5	17,8	9,4	7.796,4	7.805,8	77.085,6	9.254,6	3.054,2	2.950,3	12.586,8	15.537,1
Ministério da Previdência Social	139.623,2	9.949,3	171,0	171,0	20.575,7	20.746,7	239.477,7	9.322,1	138,0	84,2	42.759,3	42.843,5
Ministério Público da União	172.634,8	4.337,5	6,1	5,4	58.060,2	58.065,6	149.092,1	10.931,9	217,9	216,0	45.168,5	45.384,5
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	714,7	688,5	688,5	749,1	1.437,6	122.416,0	6.401,9	5.730,3	5.730,3	1.663,1	7.393,4
Ministério da Saúde	3.365.689,1	72.379,3	2.330,1	2.307,1	369.007,0	371.314,1	3.644.624,5	99.345,2	18.907,7	17.940,1	473.756,6	491.696,7
Ministério do Trabalho e Emprego	121.015,0	69,1	19,4	18,7	2.117,8	2.136,6	82.768,4	177,5	35,2	32,2	7.682,8	7.715,1
Ministério dos Transportes	9.574.556,8	2.030.783,8	83.901,4	76.627,0	1.219.950,2	1.296.577,2	10.514.542,2	3.627.470,3	175.632,5	162.459,6	1.440.932,7	1.603.392,4
Ministério das Comunicações	50.715,5	-	-	-	8.170,6	8.170,6	99.929,8	489,7	34,4	34,4	15.893,2	15.927,6
Ministério da Cultura	247.756,1	336,3	10,5	10,5	37.654,8	37.665,3	228.897,1	20.187,1	111,4	111,4	27.051,6	27.163,0
Ministério do Meio Ambiente	168.658,7	1.355,1	-	-	14.358,3	14.358,3	180.638,0	2.149,6	194,0	155,6	12.974,8	13.130,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.882.839,7	109.726,0	1.373,9	1.373,9	218.394,6	219.768,5	2.226.337,7	469.607,2	281.783,1	281.442,2	94.205,2	375.647,3
Ministério do Esporte	898.338,3	19,6	1,9	1,9	33.068,2	33.070,1	1.006.549,9	4.021,2	25,4	25,4	53.770,3	53.795,6
Ministério da Defesa	4.465.422,3	276.871,3	26.768,3	23.331,2	477.698,4	501.029,6	4.780.703,1	928.100,1	225.804,3	221.010,0	626.531,7	847.541,7
Ministério da Integração Nacional	4.894.985,1	402.745,9	3.577,0	3.567,4	455.712,6	459.280,1	5.259.054,3	797.595,0	60.684,3	57.789,8	381.544,8	439.334,6
Ministério do Turismo	2.024.258,3	10.795,8	4,5	4,5	4.214,7	4.219,2	2.150.741,3	73.537,5	688,4	688,4	63.684,6	64.372,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	177.913,7	987,8	1,2	1,2	18.786,8	18.788,0	256.025,5	42.128,0	40.012,3	40.012,3	44.336,0	84.348,3
Ministério das Cidades	5.535.032,4	429.996,0	12,2	12,1	791.012,8	791.024,9	8.884.404,2	1.036.635,1	135.267,3	134.601,9	627.570,9	762.172,7
TOTAL	43.378.171,8	3.959.559,4	333.422,3	311.414,1	5.062.710,2	5.374.124,4	52.596.231,7	8.697.480,3	1.431.261,9	1.318.538,8	5.442.743,9	6.761.282,7

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

⁴ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁵ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIV - nº 4 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

ABRIL / 2009

Comentários

Em Abril de 2009, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 19,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.125.588,6 (mil), em Abril de 2009, ante R\$ 5.138.881,8 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Março	Abril	Janeiro a	Março	Abril	Janeiro a	Abr / 2009	Abr / 2009	Jan a Abr / 2009
			Abril				Mar / 2009	Abr / 2008	Jan a Abr / 2008
FPM	2.971.365,2	3.444.196,9	13.620.346,0	2.627.837,4	3.136.882,0	12.577.962,5	19,4%	-8,9%	-7,7%
FPE	2.839.304,4	3.291.121,3	13.014.996,6	2.511.044,4	2.988.706,7	12.010.183,2	19,0%	-9,2%	-7,7%
IPI-Exp	231.571,2	255.019,8	934.407,5	150.451,7	139.887,0	701.113,9	-7,0%	-45,1%	-25,0%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
ABRIL	+ 22 %	+ 19 %	+ 22 %	+ 19 %	+ 21 %	- 7 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAI/ABR	JUN/MAI	JUL/JUN
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 16 %	- 9 %	+ 5 %
IPI - EXP	+ 56 %	+ 39 %	- 3 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2009 a 20/04/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAR/3º DEC	1.372.425	9.678.703	11.051.128	ABR/1º DEC	1.954.110	2.044.999	112.751	4.111.861
ABR/1º DEC	250.501	1.105.114	1.355.615	ABR/2º DEC	233.166	253.176	20.040	506.382
ABR/2º DEC	88.695	4.570.786	4.659.481	ABR/3º DEC	801.431	838.707	7.096	1.647.233
TOTAL	1.711.621	15.354.603	17.066.224	TOTAL	2.988.707	3.136.882	139.887	6.265.475

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições;
- Na Arrecadação Líquida indicada acima não ocorreram deduções dos Incentivos Fiscais, do PIN, nem do PROTERRA, no valor total de R\$ 20.519.mil, em atendimento à Decisão de Antecipação de Tutela do processo 2009.83.00.004558-8, da 6ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;
- Nas transferências ocorridas no primeiro decêndio de abril está incluída parcela referente à atualização monetária das quotas creditadas em 19/12/2008 e 30/12/2008, procedentes da classificação dos Depósitos Judiciais - Dívida Ativa, do período dez/98 a jun/08, receitas do IR e IPI, regidos pela Lei nº 9.703/1998 (R\$ 55.796 mil para o FPM, R\$ 53.316 para o FPE e R\$ 2.957 mil para o IPI-Exportação, já descontados do FUNDEB);
- Na transferência do FPM do segundo decêndio de abril está incluído montante de R\$ 9.166 mil, com a mesma procedência indicada no item anterior, mas apurado conforme a Emenda Constitucional 55/2007 (1% adicional ao FPM), não incidindo retenção para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	16.375,2	102.243,7	19,9
ALAGOAS	AL	74.329,9	124.333,2	413,8
AMAZONAS	AM	44.022,9	83.396,9	1.684,4
AMAPÁ	AP	10.965,0	101.974,7	131,3
BAHIA	BA	285.214,6	280.824,9	9.391,4
CEARÁ	CE	163.120,9	219.278,4	1.240,8
DISTRITO FEDERAL	DF	5.137,3	20.628,1	138,8
ESPÍRITO SANTO	ES	53.943,9	44.830,6	5.737,9
GOIÁS	GO	113.609,2	84.971,9	2.216,7
MARANHÃO	MA	130.401,3	215.730,8	1.444,9
MINAS GERAIS	MG	411.123,4	133.131,9	16.821,6
MATO GROSSO DO SUL	MS	47.634,7	39.809,6	938,5
MATO GROSSO	MT	57.836,0	68.976,4	1.648,8
PARÁ	PA	113.987,5	182.669,8	6.495,4
PARAÍBA	PB	101.091,9	143.126,2	294,7
PERNAMBUCO	PE	157.335,8	206.226,7	859,3
PIAUÍ	PI	79.607,6	129.154,0	40,5
PARANÁ	PR	214.388,0	86.170,4	13.417,0
RIO DE JANEIRO	RJ	92.235,0	45.658,5	22.128,4
RIO GRANDE DO NORTE	RN	77.586,9	124.865,2	234,2
RONDÔNIA	RO	28.449,2	84.150,0	437,4
RORAIMA	RR	19.698,4	74.140,8	6,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	212.612,4	70.378,1	16.438,0
SANTA CATARINA	SC	121.689,9	38.249,5	9.561,0
SERGIPE	SE	45.453,5	124.189,7	122,1
SÃO PAULO	SP	414.672,8	29.887,1	27.977,4
TOCANTINS	TO	44.358,7	129.709,9	45,7
TOTAL		3.136.882,0	2.988.706,7	139.887,0

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.